



Prefeitura Municipal de

ARAGUARI

Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0024511/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2014

O **MUNICÍPIO DE ARAGUARI - PMA**, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída por meio do Decreto Municipal nº. 002, de 15 de janeiro de 2014, comunica aos interessados que, com base na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2.006 e legislação correlata, fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, sob o **Nº. 004/2014**, do tipo **"MENOR PREÇO GLOBAL"**, visando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA SOCIOASSISTENCIAL QUE SERÁ DESENVOLVIDA POR MEIO DE OFICINAS DE: ARTES VISUAIS, CÊNICAS, DANÇA, MÚSICA, ECOLOGIA, PAISAGISMO, INFORMÁTICA, PRÁTICAS CORPORAIS, PARA EXECUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A SEREM DESENVOLVIDAS NOS CRAS CREAS, CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA (CEDEC), PETI AMANHECE, PETI PIRACAÍBA E OUTRAS UNIDADES PÚBLICAS OU EM ENTIDADES PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI**. Os envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos, situado à Rua Virgílio de Melo Franco, nº. 550, Centro, CEP: 38.440-016, nesta cidade de Araguari - MG, até às **14:00 horas do dia 18 de junho de 2014 (dois mil e quatorze)**, sendo que a abertura dos envelopes ocorrerá no mesmo dia e horário. Os horários estabelecidos neste Edital respeitarão o Horário Oficial de Brasília - DF. O Edital desta licitação poderá ser obtido no Departamento de Licitações e Contratos, no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal, mediante o recolhimento da quantia de R\$5,00 (cinco reais), que deverá ser depositada na Conta nº 73.125-0, Agência 090-6 do Banco do Brasil S/A, ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal de Araguari/MG: www.araguari.mg.gov.br. Mais informações, pelo telefone (0**34) 3690-3280. Todas as publicações referentes a este procedimento licitatório serão efetuadas no Correio Oficial do Município de Araguari, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em jornal diário de grande circulação no Estado, em jornal de grande circulação no Município, no Quadro de Avisos da PMA e no site da PMA. Raul José de Belém - Prefeito Municipal, Bruno Ribeiro Ramos - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO N°. 0024511/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N°. 004/2014

ÍNDICE

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PRAZO
4. DO VALOR
5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
6. DA PUBLICIDADE
7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
8. DOS LICITANTES E DO EXAME DO EDITAL
9. DA ENTREGA DOS ENVELOPES
10. DO CREDENCIAMENTO
11. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE N°. 01 "HABILITAÇÃO"
12. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE N°. 02 "PROPOSTA"
13. DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO
14. DO JULGAMENTO DA FASE DE PROPOSTA
15. DA ADJUDICAÇÃO
16. DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES
17. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
18. DA SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS
19. DA RESCISÃO DO CONTRATO
20. DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO
21. DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE
22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
23. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
24. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
25. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Prefeitura Municipal de
ARAGUARI
Departamento de Licitações e Contratos

ANEXOS:

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO II – CARTA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA E DE IDONEIDADE

ANEXO V - DECLARAÇÃO QUE A EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA DIRETA OU INDIRETA DE MENORES

ANEXO VI - CARTA PROPOSTA

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

ANEXO VIII - TERMO DE VISTORIA

ANEXO IX - PASTA TÉCNICA



Prefeitura Municipal de

ARAGUARI

Departamento de Licitações e Contratos

1. PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE ARAGUARI - PMA**, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída por meio do Decreto Municipal nº. 002, de 15 de janeiro de 2014, comunica aos interessados que, com base na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2.006 e legislação correlata, fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, sob o **Nº. 004/2014**, do tipo "**MENOR PREÇO GLOBAL**", visando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA SOCIOASSISTENCIAL QUE SERÁ DESENVOLVIDA POR MEIO DE OFICINAS DE: ARTES VISUAIS, CÊNICAS, DANÇA, MÚSICA, ECOLOGIA, PAISAGISMO, INFORMÁTICA, PRÁTICAS CORPORAIS, PARA EXECUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A SEREM DESENVOLVIDAS NOS CRAS CREAS, CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA (CEDEC), PETI AMANHECE, PETI PIRACAÍBA E OUTRAS UNIDADES PÚBLICAS OU EM ENTIDADES PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI.**

PROCESSO Nº.: Nº 0024511/2014

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/2014

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

DATA DE ABERTURA: 18 de junho de 2014.

HORÁRIO DE ABERTURA: 14:00 HORAS.

LOCAL: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

2. DO OBJETO

2.1 - O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa visando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA SOCIOASSISTENCIAL QUE SERÁ DESENVOLVIDA POR MEIO DE OFICINAS DE: ARTES VISUAIS, CÊNICAS, DANÇA, MÚSICA, ECOLOGIA, PAISAGISMO, INFORMÁTICA, PRÁTICAS CORPORAIS, PARA EXECUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A SEREM DESENVOLVIDAS NOS CRAS CREAS, CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA (CEDEC), PETI AMANHECE, PETI PIRACAÍBA E OUTRAS UNIDADES PÚBLICAS OU EM ENTIDADES PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI.**



2.2 - A licitação será por preço global, conforme descrição no preâmbulo.

3. DO PRAZO

3.1. Os serviços descritos no item 2 deste Edital deverão ser executadas no prazo de **12 (doze) MESES**, a partir da emissão da ordem de serviços, de acordo com o Termo de Referência, constante do **Anexo I** deste Edital.

3.2. Os serviços deverão ter início em até **10 (dez) dias** consecutivos após a emissão da Ordem de Início dos Serviços.

3.3. Poderá haver prorrogação do prazo de execução do objeto desta licitação, na forma da Lei, mediante lavratura do competente termo.

4. DO VALOR PREÇO GLOBAL

4.1. O **valor global estimado** para execução dos serviços descritos no item 2 deste Edital é de **R\$223.373,33 (duzentos e vinte e três mil trezentos e setenta e três reais e trinta e três centavos)**.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

CÓDIGO REDUZIDO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CONTA	ORIGEM
20140129	442 0219 08 244 0026 2402 33903900	C/C 54417-5	SETAS

6. DA PUBLICIDADE

6.1. Este edital será publicado no Correio Oficial do Município de Araguari, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em jornal diário de grande circulação no Estado, em jornal de grande circulação no Município, no Quadro de Avisos da PMA e no site da PMA.

6.2. Mais informações poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3690-3280.

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1. Somente poderão participar desta licitação:



- a) As empresas do ramo pertinente ao objeto descrito no item 2 e que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos;
- b) Que a empresa aceite, de forma integral e incondicional, todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e seus Anexos;

7.2. Não poderão participar desta licitação:

- a) As empresas declaradas inidôneas por ato do Poder Público ou que tenham deixado de cumprir compromissos técnicos e/ou financeiros com a Prefeitura Municipal de Araguari ou outros órgãos da Administração Pública Municipal indireta, com decisão administrativa condenatória transitada em julgado;
- b) As empresas que incorram nas condições impeditivas previstas no artigo 9º da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- c) Empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- d) As empresas que tenham incorrido nas sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- e) Empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- f) As empresas que possuam entre seus dirigentes, gerentes, sócios ou responsáveis técnicos, alguém que seja servidor do Município de Araguari (Administração Direta e/ou Indireta);
- g) As empresas que não possuam objetivo social compatível com o objeto desta licitação;
- h) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- i) Cooperativas.

8. DOS LICITANTES E DO EXAME DO EDITAL

8.1. Os interessados nesta licitação poderão obter cópia deste Edital no Departamento de Licitações e Contratos, situado no endereço mencionado no rodapé deste impresso, em qualquer dia útil, durante o expediente normal, mediante prévio pagamento da quantia de **R\$5,00 (cinco reais)**, a qual deverá ser depositada na **Conta Corrente nº. 73.125-0, Agência 0090-6, do Banco do Brasil S/A73.125-0, Agência 0090-6, do Banco do Brasil S/A**, ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal de Araguari/MG: www.araguari.mg.gov.br. Mais informações pelos telefones: (34) 3690-3280.

8.2. Quaisquer dúvidas relativas à interpretação do presente Edital e esclarecimentos adicionais, deverão ser endereçadas ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Araguari, por escrito, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data limite definida para a entrega dos envelopes de habilitação e proposta, sendo que, em nenhuma hipótese, serão consideradas solicitações de esclarecimentos recebidas após esse prazo ou que não



Prefeitura Municipal de

ARAGUARI

Departamento de Licitações e Contratos

tenham sido encaminhadas por escrito. O encaminhamento via fac-símile deverá ser processado pelo número (34) 3690-3280.

8.3. As respostas serão encaminhadas a todos os interessados, por qualquer meio idôneo de comunicação, até o dia útil imediatamente anterior à data limite definida para entrega dos documentos de habilitação e proposta.

9. DA ENTREGA DOS ENVELOPES

9.1. Deverão ser apresentados 02 (dois) envelopes:

a) Envelope nº. 01 "HABILITAÇÃO": deverá conter todos os documentos com os quais a proponente se habilita à licitação;

b) Envelope nº. 02 "PROPOSTA": deverá conter os preços ofertados, expressos em moeda corrente nacional (Real), com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, conforme o **Anexo VI** deste Edital;

c) Os envelopes de "Habilitação" e "Proposta" deverão ser hermeticamente fechados e protocolados junto ao Departamento de Licitações e Contratos, no endereço, dia e horário especificados a seguir:

ENDEREÇO: Rua Virgílio de Melo Franco, nº. 550, Centro, CEP: 38.440-016, Araguari - MG.

DATA LIMITE PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: 17 DE JUNHO DE 2014.

HORÁRIO LIMITE PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 horas.

9.2. Os envelopes deverão indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº. 01 "HABILITAÇÃO":

RAZÃO SOCIAL, CNPJ e ENDEREÇO DA LICITANTE

REFERÊNCIA: Processo nº. Nº 0024511/2014 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 004/2014

LOCAL: Departamento de Licitações e Contratos, situado à Rua Virgílio de Melo Franco, nº. 550, Centro, CEP 38.440-016, na cidade de Araguari - MG.

NÃO ABRIR ANTES DAS 14:00 (QUATORZE) HORAS DO DIA 18/06/2014.

ENVELOPE Nº. 02 "PROPOSTA":

RAZÃO SOCIAL, CNPJ e ENDEREÇO DA LICITANTE

REFERÊNCIA: Processo nº. Nº 0024511/2014 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 004/2014

LOCAL: Departamento de Licitações e Contratos, situado à Rua Virgílio de Melo Franco, nº. 550, Centro, CEP 38.440-016, na cidade de Araguari - MG.

NÃO ABRIR ANTES DAS 14:00 (QUATORZE) HORAS DO DIA 18/06/2014.



Prefeitura Municipal de

ARAGUARI

Departamento de Licitações e Contratos

9.3. O Departamento de Licitações e Contratos não se responsabiliza por envelopes de "Habilitação" e "Proposta" que não sejam entregues no local, data e horário definidos neste Edital.

9.4. Se o envelope da proponente não for timbrado, deverá ser digitado ou datilografado ou escrito em letra de forma, em sua parte externa e frontal, o nome, o endereço e o número do telefone da proponente.

9.5. Os documentos do Envelope nº. 01 "Habilitação" deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, **com exceção da Certidão Negativa de Falência (antiga Concordata) e Recuperação Judicial, a qual somente será admitida, para fins de habilitação da licitante, em sua forma original ou em cópia reprográfica autenticada por oficial público em cartório**, conforme alínea "d", do item 11.1.4 deste Edital.

9.6. Os documentos do Envelope nº. 02 "Proposta" deverão ser apresentados também em 01 (uma) via e assinados pelo representante legal e pelo responsável técnico da licitante proponente, devidamente identificados (nomes legíveis e seus cargos ou funções na empresa).

9.7. Recebidos os envelopes de habilitação e proposta, pela Comissão Permanente de Licitação ou por servidor do Departamento de Licitações e Contratos, nenhum dos documentos deles constantes poderá ser autenticado.

9.8. Os documentos constantes dos envelopes de habilitação e proposta deverão estar devidamente encadernados, numerados sequencialmente e rubricados pelo representante legal e pelo responsável técnico da licitante.

9.9. Os documentos exigidos nesta licitação, quando não contiverem prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter suas datas de expedição anteriores a **90 (noventa) dias**, contados da data de suas apresentações na fase de habilitação.

10. DO CREDENCIAMENTO

10.1. Caso a empresa licitante deseje se fazer presente por um representante legal, com poderes para intervir nas fases do procedimento licitatório, deverá apresentar a Carta de Credenciamento, conforme modelo do **Anexo III** deste Edital.

10.2. O Credenciamento acima mencionado deverá ser em documento original com assinatura do Diretor da Empresa ou de pessoa por ele delegada, **com firma reconhecida em cartório público competente**.

10.3. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma licitante.



11. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº. 01 "HABILITAÇÃO"

11.1. Além de cumprir com as exigências do item 7 deste Edital, as empresas interessadas deverão apresentar os seguintes documentos, conforme as prescrições dos artigos 27 a 32, da Lei 8.666/93:

a) Declaração de inexistência de fatos supervenientes, impeditivos da habilitação, **com firma reconhecida em cartório público competente**, conforme modelo do **Anexo V**;

b) Declaração que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, **com firma reconhecida em cartório público competente**, conforme modelo do **Anexo VI**;

d) Declaração de responsabilidade pela autenticidade dos documentos apresentados para a habilitação neste procedimento licitatório, **com firma reconhecida em cartório público competente**, conforme modelo do **Anexo IV**;

e) Credenciamento, na forma exigida no item 11 deste Edital, conforme modelo do **Anexo III**;

f) Declaração de que a licitante se enquadra no que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, quando for o caso, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei, **assinadas pelo representante legal e pelo contador da licitante, com firmas reconhecidas em cartório público competente**, conforme modelo do **Anexo VIII**.

11.1.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas alterações subsequentes, devidamente registrado na Junta Comercial competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.1.2. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (CNDT) ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.1.2.1. A licitante que se enquadrar no regime diferenciado e favorecido, previsto na Lei Complementar nº. 123/2006, e que possuir restrição na comprovação da regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, em até 2 (dois) dias úteis a contar da data da sessão pública que a considerar vencedora do certame.

11.1.2.2. O prazo citado no subitem 11.1.2.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

11.1.2.3. O benefício de que trata o subitem 11.1.2.1 não eximirá a licitante de apresentar na sessão pública todos os documentos exigidos para efeito de comprovação da regularidade fiscal, ainda que possua alguma restrição.

11.1.2.4. A não regularização da documentação no prazo fixado implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades legalmente estabelecidas.

11.1.3. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:

a) Prova/atestado de habilitação ou experiência exigida para cada oficina;



b) Declaração de concordância com todas as condições do presente edital.

11.1.4. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente cancelados pela Junta Comercial competente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b) As empresas constituídas a menos de um ano, e que não se enquadrarem nas disposições da alínea "a", do item 11.1.4 acima, poderão comprovar sua qualificação econômico-financeira através de documentos hábeis demonstradores da integralização;

c) Certidão Negativa de Falência (antiga Concordata) e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **a qual somente será admitida, para fins de habilitação da licitante no presente certame, em sua forma original ou em cópia reprográfica autenticada por oficial público em cartório;**

12. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº. 02 "PROPOSTA"

12.1. As licitantes apresentarão suas propostas, conforme modelo de Carta Proposta, constante do **Anexo VII** deste Edital, devidamente assinadas pelo seu representante legal, em 01 (uma) única via, dentro de envelope hermeticamente fechado, contendo os documentos abaixo relacionados:

a) Identificação completa da licitante (razão social, endereço, telefone, fax, e-mail, nome do representante legal);

b) O valor global atribuído ao serviço, proposto pela licitante, expresso em números e por extenso, em moeda corrente nacional (Real), com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais. O preço global ofertado deverá ser idêntico ao preço global indicado na planilha orçamentária, em conformidade com o subitem abaixo;

12.2. Os preços deverão ser apresentados incluindo todos os custos operacionais da atividade, os tributos eventualmente devidos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados inclusive o custo dos vigias noturnos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, inclusive com ensaios, testes e demais provas para controle



tecnológico, de modo a constituir a única contraprestação pela execução da obra e serviços, objeto desta licitação.

12.3. No caso de divergência entre o preço unitário e o total prevalecerá o primeiro, devendo o Órgão Técnico refazer o cálculo para fins de julgamento.

13.4. Ao apresentar a proposta, a licitante proponente deverá **declarar expressamente**, sob pena de sua desclassificação, conforme modelo da Carta Proposta constante do **Anexo VII**, o seguinte:

a) Está ciente e concorda com todas as condições e regras estipuladas no Edital e seus anexos, ainda que não previstas expressamente na proposta, não havendo dúvidas de qualquer natureza quanto à sua participação na licitação e na futura contratação, caso se consagre vencedora nesse certame;

b) Conhece e cumprirá as condições estabelecidas no Memorial Descritivo (**Anexo I**) para os serviços;

c) Concorda com a forma de pagamento;

d) Aceita o prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data limite para apresentação dos envelopes;

e) Conhece e cumprirá o prazo de início dos serviços constantes do subitem 3.2 deste edital;

13. DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1. A abertura do Envelope nº. 01 "Habilitação" será realizada em sessão pública, onde será lavrada ata circunstanciada de todo o ocorrido, a qual deverá ser assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitação.

13.2. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sessão, a fim de que tenha melhores condições de analisar a documentação apresentada, marcando na oportunidade nova data e horário em que voltará a se reunir com os licitantes, sendo vedada a inclusão posterior de documento e/ou informação que deveria constar, originalmente, do respectivo envelope.

13.3. A Comissão Permanente de Licitação e os licitantes presentes rubricarão todos os documentos apresentados, após o exame dos mesmos.

13.4. Ficará sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação o Envelope nº. 02 "Proposta" até que seja julgada, definitivamente, a fase de habilitação.



Prefeitura Municipal de

ARAGUARI

Departamento de Licitações e Contratos

13.5. Após o julgamento da fase de habilitação, serão devolvidos aos licitantes inabilitados, mediante recibo ou consignação em ata de reunião, os seus respectivos envelopes de propostas, desde que não tenha havido recurso sobre as suas habilitações ou após as respectivas denegações.

13.6. Será consignada em ata a intenção dos licitantes em interpor recurso, bem como a sua renúncia.

13.7. O não comparecimento da licitante ou de seu representante a quaisquer reuniões relativas a essa licitação ou, mesmo, a falta de sua assinatura nas atas de reuniões correspondentes, não impedirá que elas se realizem e implicará na sua tácita concordância com as decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação.

13.8. A Comissão Permanente de Licitação poderá, na mesma reunião em que divulgar o resultado da habilitação, proceder com a abertura do Envelope nº. 02 "Proposta" dos licitantes habilitados, desde que tenha havido desistência expressa dos licitantes em interpor recursos.

13.9. Ao final dos trabalhos será lavrada ata circunstanciada da reunião da fase de habilitação, devendo constar a data, local, nomes dos membros da Comissão, nome das licitantes e de seus representantes, o nome das empresas julgadas habilitadas e inabilitadas, as razões da inabilitação e, ainda, outros elementos que interessarem ao julgamento desta fase.

13.10. Do julgamento da fase de habilitação caberá recurso na forma do artigo 109, inciso I, alínea *a*, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.11. Após a fase de habilitação não caberá desistência da proposta de preços, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

13.12. As empresas inabilitadas terão prazo de 10 (dez) dias, após a homologação do resultado da presente Licitação, para retirarem o envelope contendo a proposta de preços, sob pena de inutilização da mesma.

14. DO JULGAMENTO DA FASE DE PROPOSTA

14.1. A abertura do Envelope nº. 02 "Proposta" será realizada em sessão pública, onde será lavrada ata circunstanciada de todo o ocorrido, a qual deverá ser assinada pelos licitantes habilitados presentes e pela Comissão Permanente de Licitação.

14.2. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sessão, a fim de que tenha melhores condições de analisar a documentação apresentada, marcando na oportunidade nova data e horário em que voltará a se reunir com os licitantes, sendo vedada a inclusão posterior de



documento e/ou informação que deveria constar, originalmente, do respectivo envelope.

14.3. A Comissão Permanente de Licitação e os licitantes habilitados presentes rubricarão todos os documentos apresentados, após o exame dos mesmos.

14.4. A Comissão verificará se as Propostas atendem às condições estabelecidas neste Edital, desclassificando as que não satisfizerem as suas exigências, no todo ou em parte.

14.5. Serão desclassificadas as propostas que:

a) Contiverem qualquer limitação, reservas ou condições em desacordo com o Edital;

b) Contiverem qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital;

c) Forem apresentadas de maneira incompleta, ou que desobedeçam as determinações deste Edital;

d) Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, observado o item 4 deste Edital;

e) Ofertarem preço global ou unitário, para qualquer item da proposta de preço, simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que neste Edital não haja previsão de limites mínimos, em conformidade com o § 3º, do art. 44, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores);

f) Ofertarem preço global ou unitário, para qualquer item da planilha orçamentária, manifestamente inexecutável, nos termos do art. 48, II e § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

14.6. As propostas que atenderem as condições previstas neste Edital serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitação, quanto a eventuais erros aritméticos na elaboração das planilhas orçamentárias. Caso se constate essa hipótese, a Comissão procederá com as correções necessárias para a apuração dos preços globais, obedecidas às seguintes disposições:

a) Havendo divergência entre os valores parciais e o produto das quantidades pelos seus respectivos preços unitários, a Comissão procederá com a correção dos valores parciais;

b) Havendo divergência entre o valor total e a somatória dos valores parciais, será corrigido o valor total, mantidos os valores parciais;

c) Havendo divergência entre o preço total registrado sob forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último.



Prefeitura Municipal de

ARAGUARI

Departamento de Licitações e Contratos

14.7. As propostas serão ordenadas e classificadas em ordem crescente, segundo os seus preços globais propostos.

14.8. A Comissão decidirá pela Proposta mais vantajosa que será a que, atendidas as condições deste Edital, ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observado o limite máximo estabelecido no item 4 deste Edital.

14.9. Após a classificação das propostas, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as ME/EPP (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), com base nos artigos 44 e 45, ambos da Lei Complementar nº 123/2006.

14.9.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, nos termos do § 1º, do art. 44, da LC 123/2006.

14.9.1.1. Ocorrendo o empate, a Comissão Permanente de Licitação procederá de acordo com o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº. 123/06.

14.10. Verificada a absoluta igualdade de preços entre duas ou mais propostas e, após, obedecido ao disposto no § 2º, do art. 3º, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio entre as licitantes empatadas, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro critério.

15. DA ADJUDICAÇÃO

15.1. A adjudicação do objeto do presente Edital será feita à licitante considerada vencedora, nos termos do relatório final elaborado pela Comissão Permanente de Licitação e, após a necessária homologação por quem de direito.

15.2. A licitante vencedora, após a homologação, será notificada para assinar o Contrato, de acordo com as normas vigentes.

15.3. O não comparecimento da licitante vencedora para a assinatura do Contrato faculta à Prefeitura Municipal de Araguari convocar, sucessivamente, as demais, segundo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços.

16. DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

16.1. É facultado aos licitantes, nos termos fixados no artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a interposição de recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata.



16.2. O recurso e a representação serão digitados ou datilografados, assinados por representante legal da licitante e serão endereçados ao Senhor Secretário Municipal de Administração, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, que poderá reconsiderar a decisão em 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade para que profira decisão definitiva, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento.

16.3. A impugnação ao presente Edital poderá ser feita até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas.

16.4. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pela licitante. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do recurso.

16.5. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela licitante.

16.6. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

16.7. Na contagem dos prazos referidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos proferidos neste item em dias de expediente no órgão licitante.

16.8. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, perante esta Administração Pública Municipal, o cidadão que não o fizer até 05 (cinco) dias úteis antes da data da abertura dos envelopes de habilitação, e o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil.

16.9. Não ocorrendo as circunstâncias a que se referem o item 16.8 deste Edital, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos a ponto de permitir a apresentação dos documentos e propostas, não cabendo, portanto, aos licitantes ou a qualquer cidadão, o direito à reclamação posterior.

17. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

17.1. O contrato administrativo decorrente deste procedimento licitatório regula-se pelas suas cláusulas, pelas disposições do presente Edital e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. O contrato deverá ser assinado pela empresa adjudicatária no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legalmente estabelecidas.



Prefeitura Municipal de

ARAGUARI

Departamento de Licitações e Contratos

17.2. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

17.2.1. Os serviços descritos no objeto do contrato deverão ser executados no prazo de **12 (doze meses)**, contados a partir da data de expedição da Ordem de Início dos Serviços.

17.2.2. Poderá haver prorrogação do prazo de vigência do contrato, na forma da Lei, mediante a lavratura do competente termo.

17.3. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

17.3.1. O contrato poderá ser alterado, na forma da Lei, mediante a lavratura do competente termo.

17.4. DO PAGAMENTO

17.4.1. O pagamento será realizado mediante a apresentação da nota fiscal e relatório, ao final de cada mês após a realização da atividade, conforme Termo de Referência (**Anexo I**).

17.4.2. Para efetivação do(s) pagamento(s), a licitante vencedora deverá apresentar documento atualizado dos comprovantes de regularidade junto ao FGTS (CRF) e ao INSS.

17.4.3. No caso de erro nos documentos apresentados pela CONTRATADA, estes serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de representação.

17.4.4. Em nenhuma hipótese a devolução dos documentos para correção será considerada motivo para suspensão da execução do objeto contratado.

17.4.5. Em caso de rejeição de parte dos documentos apresentados pela Contratada, será observado o seguinte procedimento:

a) A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal;

b) A parcela eventualmente rejeitada deverá ser devolvida para correção e reapresentação.

17.4.6. O pagamento somente será efetuado depois de atestado, assinado pelo(s) fiscal(is) da obra e serviços, atestando a qualidade do material empregado, assim como a perfeita execução dos serviços, de acordo com as exigências deste Edital e seus anexos. Se houver qualquer irregularidade, a CONTRATADA deverá refazê-los e novamente submeter à aprovação do CONTRATANTE.

17.4.7. Em conformidade com a legislação vigente, o CONTRATANTE efetuará retenção de valores em favor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), incidente sobre o valor dos serviços (mão de obra) realizados e constantes da nota fiscal, fatura ou recibo, emitidos pela licitante contratada.



Prefeitura Municipal de

ARAGUARI

Departamento de Licitações e Contratos

17.4.8. O CONTRATANTE efetuará a retenção dos valores relativos aos percentuais incidentes sobre os valores constantes da nota fiscal, fatura ou recibos emitidos pela licitante contratada, relativa a outros tributos federais, estaduais e municipais, em conformidade com a legislação vigente.

17.4.9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe seja imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

18.1. Será permitida a subcontratação parcial dos serviços, devendo limitar-se a 40% (quarenta por cento) do total de serviços contemplados na Planilha, porém deverá obrigatoriamente contar com a prévia aprovação do CONTRATANTE, devendo a subempreiteira, ser autorizada a trabalhar, submeter-se aos termos do presente Contrato, ficando, entretanto, a CONTRATADA como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços.

19. DA RESCISÃO DO CONTRATO

19.1. O contrato administrativo firmado com a licitante adjudicatária poderá ser rescindido de pleno direito, em conformidade com as prescrições dos artigos 77 a 80, todos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

19.2. Não será admitida pelo CONTRATANTE, a exceção de contrato não cumprido, por parte da CONTRATADA, exceto nos casos expressamente admitidos pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações subsequentes.

20. DAS OBRIGAÇÕES

20.1. A PROPONENTE se obriga, entre outras disposições contidas no Anexo I deste Edital, a:

a) Executar os serviços rigorosamente de acordo com o estabelecido neste Edital e seus anexos;

b) Manter durante toda a execução do contrato administrativo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

c) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões ao objeto deste Edital, nos termos dos parágrafos 1º e 2º, do art. 65, da Lei 8.666/93;

d) Cumprir fielmente o contrato a ser firmado, de modo que no prazo estabelecido, a obra e serviços sejam executadas integralmente;



Prefeitura Municipal de

ARAGUARI

Departamento de Licitações e Contratos

- e)** Observar na execução dos serviços, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- f)** Realizar as despesas de pessoal, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando ao CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;
- g)** Responder por todos os ônus e riscos referentes ao serviço ora contratado, desde os salários do pessoal neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o contrato;
- h)** Apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e/ou com identificação mediante crachás;
- i)** Responsabilizar-se pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir;
- j)** Responder, cível e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados, à CONTRATADA ou a terceiros;
- k)** Manter, sob sua guarda e à disposição da fiscalização do CONTRATANTE, uma via do contrato com todas as partes integrantes e todas as apostilas e demais documentos administrativos e técnicos dos serviços;
- l)** Comunicar, conforme o caso, ao CONTRATANTE, os casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) úteis após a verificação do fato, e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
- m)** Todos os trabalhos deverão ser executados por mão de obra qualificada correspondentes a cada serviço constante das especificações deste Edital e seus anexos;
- n)** Apresentar, sempre que exigido pelo CONTRATANTE, prova de quitação de todos os tributos, impostos e taxas e quaisquer encargos incidentes direta ou indiretamente, sobre a prestação dos serviços contratados;
- o)** Indicar o funcionário responsável pela supervisão dos serviços;
- p)** Promover a substituição de qualquer empregado cuja permanência seja considerada inconveniente pela fiscalização;



q) Atender e cumprir com as especificações do Memorial Descritivo;

20.2. O CONTRATANTE se obriga, entre outras disposições contidas no Anexo I deste Edital, a:

a) Assegurar à CONTRATADA o acesso, em condições satisfatórias, às áreas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação;

b) Indicar o(s) servidor(es) responsável(is) pela fiscalização da execução do contrato;

c) Remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória;

d) Acompanhar e fiscalizar, por intermédio de um representante público designado, a execução dos serviços e liberar as medições;

e) Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços executados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados;

f) Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste Edital;

g) Especificar e aprovar os materiais e equipamentos que serão aplicados na referida obra e serviços, de acordo com Memorial Descritivo.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Em caso de inexecução parcial ou total, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, após regular processo administrativo, as seguintes penalidades:

a) Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

b) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

c) Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.



Prefeitura Municipal de

ARAGUARI

Departamento de Licitações e Contratos

23. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

23.1. Os serviços serão fiscalizados pelo CONTRATANTE, para acompanhar a execução contratual, o qual deverá fiscalizar a execução dos serviços objeto do futuro Contrato, dispensando-se o recebimento provisório por se tratar de serviços profissionais. O recebimento dos serviços já executados se fará mediante recibo a cada mês

24. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

24.1. Os preços a serem contratados serão fixos e irreajustáveis.

24.2. Ocorrendo fatores que impliquem em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando as bases pactuadas, poderá a CONTRATADA requerer o reequilíbrio dos valores, desde que verificadas e comprovadas as hipóteses que autorizam, formal e fundamentadamente, tal procedimento, conforme dispõe o art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

25. DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

25.1. Deverão ser observadas pela CONTRATADA, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessária à preservação da integridade física e saúde de seus trabalhadores e empregados.

25.2. O CONTRATANTE poderá a seu critério determinar a paralisação da obra e/ou serviço e suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela CONTRATADA, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Este procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos na execução do objeto do contrato.

25.3. A CONTRATADA se responsabilizará ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação pertinente vigente à época, no que se referir à engenharia de segurança e medicina do trabalho.

25.4. O não atendimento aos procedimentos referentes às condições de segurança e medicina do trabalho pela CONTRATADA dá o direito ao CONTRATANTE de suspender os pagamentos, podendo, ainda, caso o problema não seja solucionado no prazo determinado, rescindir o contrato administrativo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.



26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. A Administração se reserva no direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, motivadamente, decorrente de interesse público ou de fato superveniente devidamente comprovado, adiar, anular ou revogar a presente licitação, sem que isso represente para as empresas licitantes motivo para reclamações de qualquer natureza, bem como causa para que as mesmas pleiteiem qualquer tipo de indenização.

26.2. Uma vez iniciada a abertura da documentação, não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final, nem serão admitidos à sessão de licitação os proponentes retardatários.

26.3. Integram o presente Edital, para todos os efeitos jurídicos e como se aqui estivessem transcritos, os seguintes anexos:

a) Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHA;

b) Anexo II - Minuta do Contrato;

c) Anexo III - Carta de Credenciamento;

d) Anexo IV - Declaração de Responsabilidade pela Autenticidade dos Documentos;

e) Anexo V - Declaração de Superveniência e de Idoneidade;

f) Anexo VI - Declaração que a Empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores;

g) Anexo VII - Carta Proposta;

h) Anexo VIII - Declaração de ME ou EPP;

26.4. As dúvidas na aplicação do presente Edital, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela Comissão Permanente de Licitação, sendo presumida a aceitação por parte dos licitantes proponentes de todas as condições exigidas e estabelecidas neste Edital, às quais aderem definitiva e plenamente.

26.5. É facultado à Comissão Permanente de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

26.6. Os licitantes respondem pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados nas fases do processo licitatório.

26.7. A apresentação de Propostas, por parte da licitante, evidenciará que ela concorda com todos os termos do presente Edital, bem como, que obteve todas as informações necessárias e suficientes para elaboração de sua Proposta, não lhe cabendo ensejo a quaisquer alegações posteriores sobre falta de dados e/ou entendimento sobre quaisquer questões relativas ao presente Edital e suas exigências.



Prefeitura Municipal de

ARAGUARI

Departamento de Licitações e Contratos

26.8. A Comissão Permanente de Licitação poderá diligenciar no sentido de comprovar a veracidade das declarações, documentos e a exequibilidade dos preços praticados nas propostas, após recebê-los.

26.9. Os casos omissos, assim como todas as dúvidas referentes ao presente Edital, serão resolvidos com base na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

26.10. Fica eleita a Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Araguari - MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas, que porventura venham surgir, oriundas desta Licitação.

Araguari - MG, 08 de maio de 2014.

Raul José de Belém
Prefeito Municipal

Mirian de Lima
Sec. Mun. de Administração

Mirna Mares Machado Valente
Sec. Mun. de Trabalho e Ação Social

Antônio Marcos Santos Rodrigues
Assessor Jurídico

Bruno Ribeiro Ramos
Presidente da CPL



ANEXO – I

TERMO DE REFERÊNCIA

APRESENTAÇÃO

As várias situações de fragilidade enfrentadas pelos cidadãos devem receber um tipo de atenção diferenciada, de acordo com as necessidades de cada um. Além disso, as potencialidades das famílias devem ser ponto de partida para a organização dos serviços de proteção social básica de assistência social, que estimulam a participação social. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, todos os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos organizam-se em torno do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo a ele articulados. Previnem a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos e oportunizam o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã. Ocorrem por meio do trabalho em grupos ou coletivos e organizam-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

Os serviços podem ser ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Convivência do Idoso e Centro de Desenvolvimento da Criança (CEDEC) e Peti Amanhece e Peti Piracaíba e outras unidades públicas ou em entidades privadas sem fins lucrativos, desde que referenciadas ao CRAS, sempre supervisionados por uma equipe de profissionais capacitada para atender as demandas específicas de cada faixa etária.

JUSTIFICATIVA

A execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV se justifica pela implementação da política de Assistência Social –SUAS- Sistema Único da Assistência Social no município de Araguari.

A proposta socioassistencial será desenvolvida por meio de oficinas de: Artes Visuais, Cênicas, Dança Música, Ecologia, Paisagismo, Informática, Práticas Corporais para o fortalecimento dos vínculos familiares.

O serviço deve ser ofertado por profissionais com formação mínima de nível médio, com experiência comprovada em trabalhos sociais com grupos e capacitada na área específica de atuação.



DO OBJETO

O presente termo de referência tem como objeto a licitação de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços na área socioassistencial que será desenvolvida por meio de oficinas de: Artes Visuais, Cênicas, Dança, Música, Ecologia, Paisagismo, Informática, Práticas Corporais, para execução e o desenvolvimento das ações da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial a serem desenvolvidas nos CRAS CREAS, Centro de Convivência do Idoso, Centro de Desenvolvimento da Criança (CEDEC), Peti Amanhece, Peti Piracaíba e outras unidades públicas ou em entidades privadas no Município de Araguari.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar a execução de um conjunto de ações de caráter socioassistencial, junto aos usuários da Assistência Social objetivando promover o fortalecimento de vínculos e o sentimento de pertença, a autonomia, à socialização e a convivência comunitária complementando as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade;
- Valorizar a cultura de famílias e comunidades locais pelo resgate de suas culturas e a promoção de vivências lúdicas
- Desenvolver o sentimento de pertença e de identidade
- Promover a socialização e convivência.

PÚBLICO ALVO

Consideram-se público prioritário para a meta de inclusão no SCFV crianças e, ou adolescentes e, ou pessoas idosas nas seguintes situações:

- Em situação de isolamento;
- Trabalho infantil;
- Vivência de violência e, ou negligência;
- Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos;
- Em situação de acolhimento;
- Em cumprimento de MSE em meio aberto;
- Egressos de medidas socioeducativas;
- Situação de abuso e/ou exploração sexual;
- Com medidas de proteção do ECA;
- Crianças e adolescentes em situação de rua;
- Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência;



METODOLOGIA

. O procedimento metodológico adotado terá como finalidade primeira o desenvolvimento socioassistencial com um conjunto de processos pedagógicos e culturais e meios técnicos definidos a partir da realidade de cada grupo e dos objetivos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, proporcionando espaços de participação coletiva, onde a população possa desenvolver sentimento de pertença, socialização e convivência comunitária.

O desenvolvimento do trabalho promoverá a construção de relações de horizontalidade, parceria e solidariedade entre os beneficiários da Assistência social. Assim, os procedimentos previstos são: atividades socioeducativas com formato de reuniões, oficinas e realização de grupos.

A execução de tal serviço é de ação continuada, onde os instrutores realizarão as atividades junto aos grupos de acordo com cada realidade dos equipamentos e da população atendida de acordo com planejamento prévio confeccionado junto às equipes de referência.

A execução desse serviço pela empresa licitada contará com acompanhamento da Secretaria de Trabalho e Ação Social (STAS), que fará o acompanhamento das atividades, exigindo e garantindo assim o cumprimento destas conforme destacado no Cronograma de Execução de Atividades.

O acompanhamento da execução das atividades pela equipe de referência de gestão será realizado a partir dos seguintes procedimentos:

- reunião mensal com equipes de referência de cada unidade onde o serviço será executado, com objetivo de atuar no planejamento, e na programação e avaliação das atividades, estabelecendo uma gestão conjunta da execução do serviço.
- relatório mensal de execução das ações, considerando as atividades propostas, conforme cronograma e deverão conter: lista de presença, registros fotográficos e relatórios das reuniões realizadas.

Os relatórios de execução das ações deverão conter: lista de presença, registros fotográficos e relatórios das reuniões realizadas.

O relatório mensal de acompanhamento registra avaliativamente as atividades desenvolvidas no período, justificando também as atividades previstas e não realizadas. Consiste no instrumento de medição das ações e atividades vivenciadas pelo trabalho socioassistencial.

Descrição das ações:

A implementação do serviço deve garantir a realização das atividades atendendo os beneficiários da Assistência social de acordo com as faixas etárias propostas pelo Ministério de Desenvolvimento Social - MDS evitando possíveis situações de risco inerentes a cada ciclo de vida, qualificando assim, a oferta do serviço.



Prefeitura Municipal de

ARAGUARI

Departamento de Licitações e Contratos

A proposta socioassistencial será desenvolvida por meio de oficinas de: Arte Visual, Cênicas, Dança, Música, Artesanato, Ecologia, Paisagismo e Jardinagem, Informática, Práticas Corporais e Orientação Emocional para o fortalecimento dos vínculos familiares.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos está organizado nas seguintes faixas etárias:

Crianças até 6 anos;

Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos;

Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos;

Pessoas idosas.

As oficinas serão ministradas de acordo com a o planejamento de cada unidade(uma ou duas vezes semanais) com duração de 01h30min de acordo com temas específicos e atendendo as necessidades dos equipamentos sociais e beneficiários do SCFV, seguindo o planejamento elaborado com as equipes de referência.



ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DOS ITENS E PREÇOS MÉDIOS ESTIMADOS/UNITÁRIOS E GLOBAIS

ITEM	QUANT	UN.	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	1.536	Horas	Aulas a serem ministradas pelos oficineiros hora aula e orientador social.		35,00	53.760,00
02	04	Unid.	Aparelho de Som		600,00	2.400,00
03	24	Unid.	Coordenador Pedagógico da Oficinas		1.800,00	43.200,00
04	01	Unid.	Músico acompanhante para o coral		700,00	700,00
05	01	Unid.	Teclado para Oficinas de Canto Coral		6.000,00	6.000,00
06	01	Unid.	Compra de instrumento para oficinas de percussão.		2.000,00	2.000,00
07	01	Unid.	Violão para oficinas de musicalização com a banda ritimica.		3.000,00	3.000,00
08	01	Unid.	Divulgação no canal de TV as Atividades inserções do VT.		500,00	500,00
09	04	Unid.	Locação do Teatro para apresentação		2.400,00	9.600,00
10	04	Unid.	Figurinos para as apresentações artísticas		1.000,00	4.000,00
11	04	Unid.	Locação de Palco 2 x 2 para apresentação do coral		1.600,00	6.400,00
12	12	Unid.	Material para desenvolvimento da oficinas de artes visuais.		1.000,00	12.000,00
13	04	Unid.	Locação de Iluminação para apresentação do coral		800,00	3.200,00
14	04	Unid.	Contratação de músicos para apresentação do núcleos		1.000,00	4.000,00
15	180	Pcts.	Folha de papel sulfite pacotes		15,00	2.700,00
16	12	Unid.	Contador		250,00	3.000,00
17	12	Unid.	Filmagens		800,00	9.600,00
18	12	Unid.	Fotos		600,00	7.200,00
19	01	Unid.	Encargos geral		23.200,00	23.200,00
TOTAL GERAL ESTIMADO R\$						196.460,00



QUADRO DE ATIVIDADES

Ano: 2014

CRAS 1	CRAS 2	CRAS 3	CRAS 4	CRAS 5	CREAS	CEDEC	PETI AMANHECE	PETI PIRACAÍBA	CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO
2 oficinas semanais	2 oficinas semanais	2 oficinas semanais	2 oficinas semanais	2 oficinas semanais	2 oficinas semanais	4 oficinas semanais	4 oficinas semanais	4 oficinas semanais	4 oficinas semanais , sendo cada uma 2 vezes por semana
Duração: 12 meses	Duração: 12 meses	Duração: 12 meses	Duração: 12 meses	Duração: 12 meses	Duração: 12 meses	Duração: 12 meses	Duração: 12 meses	Duração: 12 meses	Duração: 12 meses



LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço será realizado nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS (5 equipamentos) e Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, Centro de Convivência do Idoso e Centro de Desenvolvimento da Criança (CEDEC) e Peti Amanhece e Peti Piracaíba e outras unidades públicas ou em entidades privadas.

OFICINEIROS

Artes Visuais (pintura, fotografia, artes plásticas): Formação: nível de 2º grau com capacitação e experiência comprovada de trabalho com grupos na área da Assistência Social.

Artes Cênicas: Formação: nível de 3º grau com capacitação e experiência comprovada de trabalho com grupos na área da Assistência Social.

Arte Circense: Formação: nível de 2º grau com capacitação e experiência comprovada de trabalho com grupos na área da Assistência Social.

Música (canto, instrumento): Formação: nível de 2º grau com capacitação e experiência comprovada de trabalho com grupos na área da Assistência Social.

Dança: Formação: nível de 2º grau com capacitação e experiência comprovada de trabalho com grupos na área da Assistência Social.

Paisagismo (jardinagem) Formação: nível de 2º grau com capacitação e experiência comprovada de trabalho com grupos na área da Assistência Social.

Informática Formação: nível de 2º grau com capacitação e experiência comprovada de trabalho com grupos na área da Assistência Social.

Literatura (contação de histórias) Formação: nível de 2º grau com capacitação e experiência comprovada de trabalho com grupos na área da Assistência Social.

Orientador Social: Formação nível 3º grau com experiência comprovada de trabalho na área da Assistência Social.

Práticas Corporais (Tai Chi Chuan, Karatê) Formação: nível de 2º grau com capacitação e experiência comprovada de trabalho com grupos na área da Assistência Social.



EXIGÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO

A empresa licitada deverá:

- Possuir em seu objeto de trabalho-Contrato Social a execução de ações socioassistenciais;
- Possuir sede com representante legal na cidade onde serão desenvolvidas as ações do serviço;
- Desenvolver um trabalho articulado com redes de organizações sociais que possam aportar recursos humanos e materiais para a implementação das atividades a serem desenvolvidas;
- Disponibilizar toda a equipe de profissionais necessária para o desenvolvimento das atividades conforme as especificações deste Termo de Referência e projetos quando da contratação;
- A empresa deverá apresentar a Secretaria de Trabalho e Ação Social os currículos dos profissionais selecionados;
- Realizar a contratação e pagamento de todos os prestadores de serviço necessários para a execução das atividades previstas.
- Adquirir todo o material a ser utilizado nas oficinas;
- Ser responsável pela locomoção dos oficinairos, de acordo com os horários estabelecidos por cada unidade.



Duração:

As ações devem ser realizadas durante o período de um ano.

Planilha de custos

Profissionais	Valor Hora/aula
Instrutor de artes visuais	R\$ 35,00
Instrutor de artes cênicas	R\$ 50,00
Instrutor de artes circenses	R\$ 35,00
Instrutor de dança	R\$ 35,00
Instrutor de música	R\$ 35,00
Instrutor de paisagismo	R\$ 35,00
Instrutor de informática	R\$ 35,00
Instrutor de práticas corporais	R\$ 35,00
Instrutor de Literatura e contação de histórias	R\$ 35,00
Orientador social	R\$ 50,00
Custos indiretos	R\$ 3.375,00

Observação: O pagamento deverá ser realizado mediante a apresentação da nota fiscal e relatório, ao final de cada mês após a realização da atividade. Cada oficina deverá acontecer de acordo com a demanda dos equipamentos CRAS e CREAS, podendo acontecer mais de uma vez, se existir demanda.

Custo estimado: R\$ 196.460,00

Os custos indiretos devem ser contabilizados não ultrapassando 15% do montante.

(a) Mirna Mares Machado Valente
Secretaria de Trabalho e Ação Social



ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. ____ /2014

PROCESSO Nº. Nº 0024511/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2014

Contrato Administrativo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARAGUARI e a empresa _____ para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA SOCIOASSISTENCIAL QUE SERÁ DESENVOLVIDA POR MEIO DE OFICINAS DE: ARTES VISUAIS, CÊNICAS, DANÇA, MÚSICA, ECOLOGIA, PAISAGISMO, INFORMÁTICA, PRÁTICAS CORPORAIS, PARA EXECUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À SEREM DESENVOLVIDAS NOS CRAS CREAS, CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA (CEDEC), PETI AMANHECE, PETI PIRACAÍBA E OUTRAS UNIDADES PÚBLICAS OU EM ENTIDADES PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI, conforme descrito no Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 004/2014 e seus anexos.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAGUARI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Gaioso Neves, nº. 129, Bairro Goiás, CEP 38.440.001, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº. 16.829.640/0001-49, neste ato representado por sua **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, Sra.** _____, portador do documento de identidade Registro Geral (RG) nº. _____, inscrito no CPF/MF sob o nº. _____, residente e domiciliada nesta cidade de Araguari/MG.

CONTRATADA: _____, com sede à _____, nº. _____, Bairro _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, sendo neste ato representada por seu(ua) _____, Sr(a). _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº. _____, residente e domiciliado(a) em (endereço).

FUNDAMENTAÇÃO: A lavratura do presente contrato decorre de realização da Concorrência Pública nº. 004/2014, realizada com fundamento no artigo 22, inciso I e § 1º, combinado com o artigo 23, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Assim, as partes contratantes, de mútuo acordo, na presença das testemunhas abaixo firmadas, aceitam as seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a realização de **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA SOCIOASSISTENCIAL QUE SERÁ DESENVOLVIDA POR MEIO DE OFICINAS DE: ARTES VISUAIS, CÊNICAS, DANÇA, MÚSICA, ECOLOGIA, PAISAGISMO, INFORMÁTICA, PRÁTICAS CORPORAIS, PARA EXECUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A SEREM DESENVOLVIDAS NOS CRAS CREAS, CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA (CEDEC), PETI AMANHECE, PETI PIRACAÍBA E OUTRAS UNIDADES PÚBLICAS OU EM ENTIDADES PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI.**

CLÁUSULA SEGUNDA

DO VALOR DO CONTRATO

2.1. As partes atribuem a este contrato, para todos os efeitos de direito, o preço global de **R\$ _____ (_____)**.

2.2. Os preços unitários constam da Planilha Orçamentária, integrante da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do processo licitatório correspondente.

2.3. O valor definido nesta cláusula inclui todos os custos operacionais da atividade, os tributos eventualmente devidos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, inclusive o custo da vigilância noturna, bem como as demais despesas diretas e indiretas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços, objeto deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. O valor do presente contrato será fixo e irrevogável até o final do período de 12 (doze) meses, contados da datada apresentação da proposta.

3.2. Na hipótese de sobrevierem fatos retardadores da execução da obra e serviços, que façam prolongar o prazo além dos 12 (doze) meses previstos, desde que, comprovadamente, não haja dolo ou culpa da CONTRATADA e desde que pactuada formalmente pelas partes, fica estipulado o índice de reajuste abaixo especificado para correção dos preços dos serviços remanescentes.



3.3. Os preços propostos pela contratada poderão ser realinhados com base nos valores de mercado, com a devida comprovação e mediante termo aditivo ao contrato originário deste Edital.

3.4. Sempre que houver majoração nos preços será efetuado realinhamento, devidamente comprovado através de Nota fiscal de aquisição dos insumos que compõem o preço final ofertado a Prefeitura Municipal para prestação do objeto deste contrato.

3.5. Eventual reajuste/realinhamento deverá ser solicitado, mediante requerimento formal protocolizado à Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.

3.6. Caso o preço do ofertado pela contratada se torne, na vigência deste contrato maior que o preço praticado no mercado, haverá realinhamento de preço para baixo, e a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social poderá efetuar durante a vigência deste contrato pesquisa de mercado para comprovação e manutenção dos preços contratados.

3.7. Como comprovações de preços para fins de realinhamento a Prefeitura poderá solicitar da Contratada Nota Fiscal de comprovação dos insumos que compõem os preços, com data próxima a realização da licitação (**aa/aa//2014**), ou seja, com data não superior a 60 (sessenta) dias da realização da licitação, podendo solicitar a PLANILHA DE CUSTOS DE COMPOSIÇÃO DE SEUS PREÇOS caso a mesma tenha sido apresentada conforme solicitação no Edital TP Nº 004/2014

3.8. No caso de prorrogação do contrato será utilizado o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, para as obrigações de reajustamento e obrigações que não constam nesta cláusula, devendo o licitante vencedor, caso queira, efetuar o pedido juntando toda documentação comprobatória.

CLÁUSULA QUARTA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

CÓDIGO REDUZIDO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CONTA	ORIGEM
20140129	442 0219 08 244 0026 2402 33903900	C/C 54417-5	SETAS



CLÁUSULA QUINTA

DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

5.1.A CONTRATADA apresenta garantia do adimplemento das condições aqui estabelecidas no valor de R\$ _____ (_____), calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, na modalidade de Caução em _____, recolhida junto ao Departamento de Tesouraria da Secretaria Municipal de Fazenda.

5.2. A garantia total será retida se a CONTRATADA der causa ao desfazimento do contrato, para que o CONTRATANTE possa ser ressarcido, em parte, dos prejuízos suportados.

5.3. No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a CONTRATADA deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o encerramento do contrato.

5.4. Após o término da vigência do presente contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do requerimento do interessado, o qual deverá ser instruído com o Termo de Recebimento Definitivo da Obra e serviços.

CLÁUSULA SEXTA

DOS PRAZOS

6.1. O prazo de vigência deste contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura da ordem de Início dos Serviços, a ser emitida pelo CONTRATANTE, podendo tal prazo ser prorrogado, na forma da Lei, mediante a lavratura do competente termo.

6.2. A CONTRATADA deverá dar início à execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da Ordem de Início dos Serviços, a ser expedida pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. Os serviços contratados serão executados sob o regime de empreitada por preço global.



CLÁUSULA OITAVA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA obriga-se a apresentar os seguintes comprovantes, cujas taxas deverão ser pagas pela CONTRATADA, após a assinatura do presente contrato:

a) Carta de indicação dos oficineiros e outros contratos para prestação dos serviços, acompanhada da devida comprovação através de diploma ou outro compatível com o objeto contratado, observadas as parcelas de maior relevância técnica. Admitir-se-á a substituição do oficineiro, durante a execução contratual, por outro de experiência equivalente ou superior, mediante prévia aprovação da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;

8.2. A CONTRATADA obriga-se ainda a:

a) Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato, o comprovante de sua inscrição municipal no Cadastro de Contribuintes do Município de Araguari, a ser efetivada junto ao Departamento de Tributação da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Araguari.

b) Executar os serviços rigorosamente de acordo com o estabelecido no Edital e seus anexos;

c) Manter durante toda a execução do contrato administrativo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões ao objeto deste Edital, nos termos da Lei;

e) Cumprir fielmente este contrato, de modo que no prazo estabelecido, a obra e serviços sejam executadas integralmente;

f) Observar na execução dos serviços, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

g) Providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes, o necessário licenciamento, aprovações e taxas necessárias para a execução dos serviços, como Corpo de Bombeiros Militar e outros órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais;

h) Fornecer equipamentos, instalações, materiais e mão de obra necessários à execução do objeto desta licitação, observadas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) pertinentes;



- i)** Realizar as despesas de pessoal, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando ao CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;
- j)** Responder por todos os ônus e riscos referentes à obra e serviços ora contratada, desde os salários do pessoal neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o contrato;
- k)** Ficar à inteira disposição, durante a execução da obra e serviços, inclusive comparecer em até 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação do CONTRATANTE para dirimir quaisquer dúvidas com relação aos projetos (objeto desta licitação) e fazer as alterações necessárias nos mesmos, sob sua inteira responsabilidade, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE;
- l)** Apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e/ou com identificação mediante crachás;
- m)** Responsabilizar-se pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir;
- n)** Responder, cível e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados, à CONTRATADA ou a terceiros;
- o)** Manter, sob sua guarda e à disposição da fiscalização do CONTRATANTE, uma via do contrato com todas as partes integrantes e todas as apostilas e demais documentos administrativos e técnicos dos serviços;
- p)** Sem prejuízo de sua responsabilidade, comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, anormalidade verificada na execução que coloque em risco a segurança e a qualidade dos serviços e sua execução dentro do prazo pactuado;
- q)** Comunicar, conforme o caso, ao CONTRATANTE, os casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) úteis após a verificação do fato, e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
- r)** Todos os trabalhos deverão ser executados por mão de obra qualificada, devendo a CONTRATADA estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada serviço constante das especificações deste Edital e seus anexos;
- s)** Apresentar, sempre que exigido pelo CONTRATANTE, prova de quitação de todos os tributos, impostos e taxas e quaisquer encargos incidentes direta ou indiretamente, sobre a prestação dos serviços contratados.



- t)** Indicar o funcionário responsável pela supervisão da execução dos serviços;
- u)** Promover a substituição de qualquer empregado cuja permanência seja considerada inconveniente pela fiscalização;
- v)** Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, equipamentos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou que se mostrarem imprestáveis ao uso por má-qualidade dos materiais empregados;
- x)** Atender e cumprir com as especificações de materiais e equipamentos relacionados pelo CONTRATANTE, de acordo com o Memorial Descritivo;

8.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, mensalmente, junto com a medição, cópia do comprovante de pagamento da Guia da Previdência Social (GPS), da Guia de pagamento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e da Relação de trabalhadores constantes no arquivo SEFIP, bem como a cópia do comprovante de recolhimento do FGTS. Devendo tudo ser juntado no Processo Administrativo epigrafado.

CLÁUSULA NONA

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

- a)** Assegurar à CONTRATADA o acesso, em condições satisfatórias, às áreas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação;
- b)** Indicar o(s) servidor(es) responsável(is) pela fiscalização da execução deste contrato;
- c)** Remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória;
- d)** Acompanhar e fiscalizar, por intermédio de um representante público designado, a execução dos serviços e liberar as medições;
- e)** Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços executados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados;
- f)** Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste contrato;
- g)** Especificar e aprovar os materiais e equipamentos que serão aplicados na referida obra e serviços, de acordo com Memorial Descritivo.



CLÁUSULA DÉCIMA

DAS PARTES INTEGRANTES

10.1. Integram o presente contrato, como se aqui estivessem transcrito o Edital de licitação da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 004/2014 e todos os seus anexos, bem como a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

11.1. Será permitida a subcontratação parcial dos serviços, devendo limitar-se a 40% (quarenta por cento) do total de serviços contemplados na Planilha, porém deverá obrigatoriamente contar com a prévia aprovação do CONTRATANTE, devendo a subempreiteira, ser autorizada a trabalhar, submeter-se aos termos do presente Contrato, ficando, entretanto, a CONTRATADA como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DOS SERVIÇOS

12.1. Os serviços contratada será efetuada mensalmente e serão considerados os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização, em conformidade com o estabelecido pelo CONTRATANTE, sendo para tanto consideradas a qualidade dos materiais e mão de obra utilizada de forma a atender as especificações técnicas do Termo de Referência.

12.2. Aprovado os serviços realizados, a CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal/Fatura referente aos mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. Após a aprovação dos serviços, a CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE a Nota Fiscal/Fatura correspondente aos valores mensais devidos, a qual terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para aprová-la ou rejeitá-la.

13.2. A Nota Fiscal/Fatura não aprovada pelo CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

13.3. A devolução da Nota Fiscal/Fatura não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

13.4. O CONTRATANTE efetuará o pagamento das Notas Fiscais/Faturas no prazo de 30 (trinta) dias corridos fora a dezena, a contar da data de sua aprovação.



Prefeitura Municipal de

ARAGUARI

Departamento de Licitações e Contratos

13.5. O CONTRATANTE somente efetuará o pagamento dos valores devidos, após comprovação pela CONTRATADA, do recolhimento do FGTS, e após a juntada da cópia dos documentos mencionados no subitem 8.2.4. O recolhimento do INSS será efetuado nos termos do artigo 31 da Lei Federal nº. 8.212, de 24.07.1991 e suas alterações posteriores, referente ao objeto da contratação, nos termos da Legislação Municipal vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. O CONTRATANTE, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, efetuará a fiscalização dos serviços a qualquer instante, solicitando à CONTRATADA, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao CONTRATANTE quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

14.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

14.3. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com execução dos serviços serão registradas pelo órgão fiscalizador.

14.4. A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade e executar dos serviços, com toda cautela e boa técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO PESSOAL

15.1. O pessoal que a CONTRATADA empregar para execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com o CONTRATANTE e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos.

15.2. Na hipótese do CONTRATANTE ser acionado judicialmente em razão do descumprimento da legislação trabalhista ou de natureza civil, com o julgamento de procedência da ação, o valor da condenação será deduzido na medição subsequente à data da condenação, ficando depositado em conta separada, até a solução final do litígio.

15.3. A CONTRATADA ressarcirá o CONTRATANTE de toda e qualquer despesa que, em decorrência de ações judiciais venha desembolsar.



Prefeitura Municipal de

ARAGUARI

Departamento de Licitações e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DAS PENALIDADES

16.1. Em caso de inexecução parcial ou total, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, após regular processo administrativo, as seguintes penalidades:

a) Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Araguari;

b) Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado no desenvolvimento das obras/serviços em relação ao Cronograma Físico, calculado sobre o serviço realizado com atraso, até o quinto dia corrido, após o que, aplicar-se-á a multa prevista na alínea "c" abaixo;

c) Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato, sempre que em verificação mensal for observado atraso injustificado no desenvolvimento das obras/serviços em relação ao cronograma físico ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas, podendo, ainda, ser rescindido o Contrato na forma da Lei;

d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação prevista neste contrato e não prevista nos itens anteriores;

e) Suspensão temporária ao direito de licitar com o Município de Araguari, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de rescisão contratual, independentemente da aplicação das multas cabíveis;

f) Declaração de Inidoneidade, na hipótese de prática de atos ilícitos ou falta grave, tais como: apresentar documentação inverossímil ou cometer fraude, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Araguari, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

16.1.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

16.1.1.1. Não havendo pagamento devido, o valor será inscrito em dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

16.2. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a CONTRATADA de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao CONTRATANTE.

16.3. As penalidades previstas são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.



16.4. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e comprovado, observadas as disposições do art. 393 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA **DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

17.1. A CONTRATADA deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

17.2. O CONTRATANTE poderá exigir, durante a execução do contrato, a apresentação de qualquer dos documentos exigidos para a habilitação da CONTRATADA na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA **DA RESCISÃO**

18.1. Constituem motivos para rescisão do presente contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, a qual será processada nos termos do art. 79 do mesmo diploma legal.

18.2. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração ficarão assegurados ao CONTRATANTE os direitos elencados no art. 80 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA **DA VINCULAÇÃO**

19.1. O presente contrato vincula-se ao instrumento convocatório e seus anexos, bem como à proposta apresentada pela CONTRATADA nos autos do procedimento licitatório CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 004/2014.

CLÁUSULA VIGÉSIMA **DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

20.1. Este contrato poderá ser alterado, na forma da Lei, mediante a lavratura do competente termo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA **DA PÚBLICA**

21.1. Este contrato será publicado no Correio Oficial do Município de Araguari, até o quinto dia útil ao mês seguinte ao ato de sua assinatura, conforme determina o Parágrafo Único do Artigo 61, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a qual deverá ocorrer até 20 dias daquela data.



Prefeitura Municipal de
ARAGUARI
Departamento de Licitações e Contratos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

DO FORO

22.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Araguari - MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza, como prova de haverem entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua PÚBLICA e execução.

Araguari-MG, (Data).

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

(Nome do representante legal da empresa)
(NOME DA EMPRESA)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____.

Nome: _____ CPF/MF: _____.



ANEXO III

(Papel Timbrado da Empresa)

CARTA DE CREDENCIAMENTO (MODELO)

Razão Social:

Endereço:

CNPJ:

Referência: **PROCESSO Nº 0024511/2014 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2014**

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais.

Pela presente, credenciamos o(a) Sr(a). (Nome do credenciado), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do documento de identidade Registro Geral (RG) nº. _____, expedido pelo(a) (órgão emissor), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº. _____/____-____, a participar do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº Nº 0024511/2014**, sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2014**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais.

Na qualidade de representante legal da empresa (Nome da Empresa) outorgo ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de recursos.

(Local e data).

(Nome e assinatura do representante legal da Empresa)

(Número do RG e órgão emissor)

Observação: A assinatura deve ser reconhecida em cartório público competente, sob pena de invalidação deste documento e consequente inabilitação da licitante.



ANEXO IV

(Papel Timbrado da Empresa)

PROCESSO Nº 0024511/2014 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2014

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA AUTENTICIDADE
DOS DOCUMENTOS
(MODELO)**

A empresa (Nome da Empresa), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº. _____, sediada à (Endereço e CEP da Empresa), neste ato representada pelo(a) Sr(a). (Nome do(a) Representante Legal da Empresa), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do documento de identidade Registro Geral (RG) nº. _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF) sob o nº. _____, **DECLARA** sob as penas da Lei, assumir inteira responsabilidade pela autenticidade dos documentos apresentados para a habilitação no **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 0024511/2014**, sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2014**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais.

(Local e data).

(Nome e assinatura do representante legal da Empresa)

(Número do RG e órgão emissor)

Observação: A assinatura deve ser reconhecida em cartório público competente, sob pena de invalidação deste documento e consequente inabilitação da licitante.



ANEXO V

(Papel Timbrado da Empresa)

PROCESSO Nº 0024511/2014 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2014

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA E DE IDONEIDADE (MODELO)

Conforme exigência contida na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, especificamente em seu artigo 32, parágrafo 2º, a empresa (Nome da Empresa), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº. _____, sediada à (Endereço e CEP da Empresa), neste ato representada pelo(a) Sr(a). (Nome do(a) Representante Legal da Empresa), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do documento de identidade Registro Geral (RG) nº. _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF) sob o nº. _____, **DECLARA** sob as penas da Lei, não haver fato impeditivo, no que diz respeito à habilitação e participação na presente licitação, não se encontrando em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou em estado falimentar. **DECLARA** ainda, sob as penas da Lei, não estar sofrendo penalidade de Inidoneidade no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando cível e criminalmente pela presente afirmação, bem como pela total aceitação das condições impostas no Edital do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº Nº 0024511/2014**, sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2014**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais.

(Local e data).

(Nome e assinatura do representante legal da Empresa)

(Número do RG e órgão emissor)

Observação: A assinatura deve ser reconhecida em cartório público competente, sob pena de invalidação deste documento e consequente inabilitação da licitante.



ANEXO VI

(Papel Timbrado da Empresa)

PROCESSO Nº 0024511/2014 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2014

**DECLARAÇÃO QUE A EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA
DIRETA OU INDIRETA DE MENORES (MODELO)**

A empresa (Nome da Empresa), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº. _____, sediada à (Endereço e CEP da Empresa), neste ato representada pelo(a) Sr(a). (Nome do(a) Representante Legal da Empresa), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do documento de identidade Registro Geral (RG) nº. _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF) sob o nº. _____, **DECLARA** sob as penas da Lei e para os fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o Edital do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº Nº 0024511/2014**, sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2014**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, que **NÃO** emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

(Local e data).

(Nome e assinatura do representante legal da Empresa)

(Número do RG e órgão emissor)

Observação: A assinatura deve ser reconhecida em cartório público competente, sob pena de invalidação deste documento e consequente inabilitação da licitante.



ANEXO VI

(Papel Timbrado da Empresa)

CARTA PROPOSTA (MODELO)

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais.

Referência: PROCESSO Nº 0024511/2014 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2014.

Assunto: Apresenta Proposta.

Douta Comissão Permanente de Licitação,

Pela presente carta, em estrito atendimento aos termos do Edital do processo licitatório em epígrafe, apresentamos nossa Proposta para a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA SOCIOASSISTENCIAL QUE SERÁ DESENVOLVIDA POR MEIO DE OFICINAS DE: ARTES VISUAIS, CÊNICAS, DANÇA, MÚSICA, ECOLOGIA, PAISAGISMO, INFORMÁTICA, PRÁTICAS CORPORAIS, PARA EXECUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A SEREM DESENVOLVIDAS NOS CRAS CREAS, CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA (CEDEC), PETI AMANHECE, PETI PIRACAÍBA E OUTRAS UNIDADES PÚBLICAS OU EM ENTIDADES PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI**, como se segue:

1.DOS DADOS DA EMPRESA PROPONENTE:

1.1. Razão Social: _____.

1.2. CNPJ/MF: _____.

1.3. Endereço e CEP: _____.

1.4. Correio eletrônico (*e-mail*): _____.

1.5. Telefone e Fax: _____.

1.6. Nome de pessoa para contato: _____.

2.DO VALOR GLOBAL PROPOSTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. Propomos, para a prestação dos serviços objeto da presente licitação, o preço global de **R\$** _____
(_____).

2.2. No preço ofertado acima estão previstos todos os custos necessários e suficientes para a completa e total execução do objeto contratado, inclusive os relativos à mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos, o fornecimento de todos os materiais, além de todos os demais custos diretos e indiretos, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como o lucro da empresa, constituindo-se o mesmo, deste modo, na única forma de remuneração pela execução dos serviços prestados.



3. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DA OBRA E SERVIÇOS:

3.1. O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de expedição da Ordem de Início do Serviço, podendo ser prorrogado na forma da lei.

3.2. Após o recebimento da Ordem de Início do Serviço, a obra e serviços será iniciada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

4. DAS DECLARAÇÕES:

4.1. Declaramos que esta empresa proponente está ciente e concorda com todas as condições e regras estipuladas no Edital e seus anexos, ainda que não previstas expressamente nesta proposta, não havendo dúvidas de qualquer natureza quanto à sua participação na licitação e na futura contratação, caso se consagre vencedora neste certame;

4.2. Declaramos que esta empresa proponente conhece e cumprirá o Cronograma Físico-Financeiro da obra e serviços, conforme apresentado na Pasta Técnica (**Anexo IX**).

4.3. Declaramos que esta empresa proponente concorda com a forma de pagamento em 30 (trinta) dias corridos fora a dezena, contados a partir da data do aceite da fatura correspondente a cada uma das medições realizadas.

4.4. Declaramos que esta empresa proponente conhece e cumprirá o prazo de início dos serviços constantes do subitem 3.2 do Edital.

4.5. Declaramos que esta empresa proponente concorda com o valor recalculado pelo Órgão Técnico, nos termos dos subitens 13.3 a 13.6 deste Edital.

4.6. Declaramos que a validade da presente Proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados a partir desta data.

(Local e data)

(Nomes, assinaturas e números dos documentos de identidade do **representante legal e do responsável técnico** da Empresa)

Observação: As assinaturas devem ser reconhecidas em cartório público competente, sob pena de invalidação deste documento e consequente desclassificação da licitante.



ANEXO VIII

(Papel Timbrado da Empresa)

PROCESSO Nº 0024511/2014 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2014

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP (MODELO)

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, para os fins do Edital de licitação do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 0024511/2014**, sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/14**.

A empresa (Nome da Empresa), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº. _____, sediada à (Endereço e CEP da Empresa), neste ato representada pelo(a) Sr(a). (Nome do(a) Representante Legal da Empresa), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do documento de identidade Registro Geral (RG) nº. _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF) sob o nº. _____, **DECLARA** sob as penas da Lei, que cumpre com os requisitos legais para qualificação como _____ (Incluir a condição da Empresa, se Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte), conforme art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações posteriores e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos previstos no § 4º deste mesmo dispositivo e diploma legal, estando apta a usufruir do tratamento favorecido, estabelecido nos artigos 42 a 49, ambos do mesmo diploma legal.

DECLARA ainda sob as penas da Lei, que em havendo restrição na comprovação da regularidade, pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da lei Complementar nº. 123/06 para a devida regularização, estando ciente que, do contrário, decairei do direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93.

(Local e data).

(Nomes, assinaturas e números dos documentos de identidade do **representante legal e do contador** da Empresa)

Observação: As assinaturas devem ser reconhecidas em cartório público competente, sob pena de invalidação deste documento e consequente desclassificação da licitante.